

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)¹

THE STUDENTE MOVEMENT AS A FORM OF RESISTANCE TO THE CIVIL- MILITARY DICTATOR-SHIP (1964-1968)

Vanessa Rocha de Freitas²

Marco Antônio de Oliveira Gomes³

Resumo

O presente artigo expõe uma breve análise sobre as formas de organização e resistência do Movimento Estudantil, mais especificamente da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre os anos de 1964 a 1968, no período da ditadura civil-militar no Brasil que durou 21 anos. Utiliza-se a metodologia documental, com base em leis e jornais e a bibliográfica, pautando-se em autores que abordam o tema, como Dermeval Saviani (2008), José Luís Sanfelice (1986), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (2002), entre outros. Tendo como base o Materialismo Histórico-Dialético de Marx e Engels, considerando o contexto histórico, social, cultural, econômico e político em que o objeto de pesquisa se encontra. No período de intensificação do arbítrio do Estado em defesa dos interesses da burguesia associada ao capital estrangeiro, a UNE se consolidou em um importante foco de mobilização social, mesmo sendo um contingente pequeno, influenciou significativamente os rumos da política nacional, por meio de suas reivindicações, protestos, manifestações e críticas, representando uma voz de denúncia ao desempenho e comportamento dos governos militares.

Palavras chave: Ditadura Civil-Militar. Movimento Estudantil. UNE. Educação.

Abstract

This article presents a brief analysis of the forms of organization and resistance of the Student Movement, specifically the National Students Union (UNE), from 1964 to 1968, during the 21-year period of the civil-military dictatorship in Brazil. The documentary methodology is used, based on laws and newspapers and the bibliographic, based on authors who approach the theme, such as Dermeval Saviani (2008), José Luís Sanfelice (1986), Luiz Antônio Cunha and Moacyr de Góes (2002), among others. Based on the Historical-Dialectical Materialism of Marx and Engels, considering the historical, social, cultural, economic and political context in which the research object is located. During the period of intensification of the State's arbitrariness in defense of the interests of the bourgeoisie associated with foreign capital, UNE consolidated itself into an important focus of social mobilization, even though it was a small contingent, significantly influenced the cause of national politics through its demands, protests, demonstrations and criticism, representing a voice of denunciation of the performance and behavior of military governments.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Student Movement. UNE. Education.

¹ Trabalho de Conclusão do Curso em forma de artigo apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá.

² Acadêmica do 4º ano de Pedagogia. E-mail: vanessa_rocha20@outlook.com.

³ Orientador do Trabalho e Professor Doutor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE).

INTRODUÇÃO

O Movimento Estudantil é caracterizado como um movimento social, formado por estudantes que discutem assuntos ligados a educação e às estruturas de ensino, não se limitando apenas às lutas diretamente relacionadas às escolas e universidades, mas incorporando também pautas que extrapolam questões meramente acadêmicas (ARAUJO, 2007).

Ao longo da história, em diferentes sociedades e diferentes épocas, os estudantes ocuparam um papel político e social relevante. Araujo (2007) menciona a respeito de algumas das lutas dos estudantes durante o século XX.

O “Maio de 1968” na França, mostra que em meio a grande repressão que os estudantes enfrentavam na Universidade de Paris, estes saíram em protesto com palavras de ordem como “a imaginação no poder” e “é proibido proibir”, levando os sindicatos à aderirem às pautas estudantis, chamando uma greve geral, que mobilizou cerca de 9 milhões de pessoas.

Já nos Estados Unidos, entre os anos de 1960 e 1970, a força dos universitários levou ao início, em Berkeley, de um forte movimento contra a Guerra do Vietnã, além da proposta de um novo estilo de vida baseado na paz e no amor, com o slogan pacifista *make love, not war*.

Em países que enfrentam o autoritarismo os estudantes estão presentes, por meio de suas lutas, denúncias, passeatas e distribuição de periódicos, partem para as ruas, enfrentando tropas policiais e até mesmo pegam em armas. Em muitas sociedades, eles aparentam ser o último reduto de coragem e indignação, sendo movidos pelo voluntarismo e inconsequência, que em muitos casos, são os que fazem avançar a História (ARAUJO, 2007).

Os estudantes se mostraram presentes nos momentos de luta pela democracia em todo o mundo e isso nos leva a indagar, no Brasil, em pleno golpe de 1964, período de grande censura, violência, controle e repressão, como os estudantes se posicionaram, como resistiram e lutaram por melhores condições de ensino e democracia?

Tendo como ponto de partida essa indagação, o presente artigo possui o objetivo de analisar como se deu a resistência do Movimento Estudantil, mais especificamente da União Nacional dos Estudantes (UNE), durante os anos de 1964-1968, período em que o Brasil se encontrava em um regime civil-militar.

Para este fim, utilizou-se como metodologia a pesquisa documental, com base em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, como leis e jornais e, a pesquisa bibliográfica, com o uso de livros e artigos de autores que abordam o tema do Movimento Estudantil, como Dermeval Saviani (2008), José Luís Sanfelice (1986), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (2002), entre outros. Deste modo, a pesquisa trará algumas evidências e, para interpretá-las, utilizaremos o Materialismo Histórico-Dialético, apresentando o contexto histórico, social, cultural, econômico e político, em que o Movimento Estudantil estava inserido.

Em uma breve síntese, pode-se afirmar que o estudo da história, incluindo a história da educação, pode ser realizado a partir de duas grandes perspectivas epistemológicas: a idealista e a materialista. São proposições que indicam formas diferentes e antagônicas de compreender o objeto de pesquisa.

A perspectiva idealista aponta para uma compreensão a-histórica do objeto, limitando-se pela sua aparência exterior e discussões sem o conhecimento das bases materiais que constituíram o fenômeno que se pretende estudar. Em oposição ao idealismo ou metafísica, a perspectiva do materialismo histórico dialético fundamenta-se na história como um processo marcado por contradições, conflitos e transformações.

A essência do ser humano, conforme Marx e Engels (1998), é considerada como o conjunto das relações sociais, em que a humanização do ser biológico específico, só ocorre dentro da sociedade e pela sociedade. Deste modo, compreende-se o indivíduo como um ser social, pois este se forma dentro de um contexto, e a realidade como fruto das relações materiais estabelecidas socialmente.

Nesse sentido, o Movimento Estudantil não se explica pela ação de grandes lideranças ou por si mesmo, afastado e acima das relações sociais que o forjou. Assim, importa captar as articulações do problema em estudo, analisar seus vínculos com a forma de organização social e rastrear suas conexões com os fenômenos que envolvem o objeto.

Para além das questões metodológicas e teóricas, faz-se necessário apontar que, em um breve levantamento no banco de dados da CAPES e do google acadêmico, percebe-se que diversas pesquisas já foram realizadas a respeito do Movimento Estudantil, o que evidencia a importância desse tema para o entendimento da história da educação no Brasil no momento presente. O estudo acerca do período ditatorial no Brasil e o Movimento Estudantil, durante o regime civil-militar de 1964 é

fundamental para compreender os problemas que enfrentamos e como buscamos resistir e lutar por melhorias na educação e por um país mais democrático.

Já se passaram 55 anos desde o golpe de 1964, vivemos em um momento em que as discussões políticas têm passado por mudanças substanciais, havendo discursos que afirmam que a ditadura não ocorreu no Brasil, ou, até mesmo, que esta foi benéfica para o país. Isso nos mostra como muitas questões a respeito da ditadura civil-militar de 1964, e dos movimentos que lutaram neste período, permaneceram abertas e sem respostas. Assim, em um contexto no qual observamos que a democracia está novamente em risco no país, a recuperação da história do Movimento Estudantil é necessária.

O presente estudo está dividido em três seções. Na primeira seção abordamos a origem da UNE, o que foi, quando e como surgiu, suas reivindicações e lutas até o início do ano de 1964. Na segunda seção identificamos a gênese do golpe civil-militar de 1964, o que foi o golpe, os interesses por trás do mesmo e porque ocorreu. E, por fim, na última seção, buscamos analisar as formas de organização e resistência do Movimento Estudantil durante a ditadura civil-militar no Brasil, entre o período de 1964 até 1968. O recorte temporal compreendeu o período de 1964 a 1968, momento em que houve um acirramento das lutas estudantis contra o regime ditatorial do Brasil.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (1937-1964)

Como aponta Sanfelice (1986), a ideia de formação de uma entidade nacional que representasse os estudantes era antiga, entretanto não existiram condições materiais e políticas para sua concretização nas primeiras décadas do período republicano. Assim, mesmo com a realização em 1910, do primeiro Congresso dos Estudantes em São Paulo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) só foi fundada às vésperas do Estado Novo, em 1937, por meio de um projeto com a aprovação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em que a UNE seria um órgão da Casa do Estudante do Brasil (CEB)⁴ e sua presidência seria exercida pela presidente da CEB, cargo vitalício ocupado então naquele período, pela sra. Ana Amélia Carneiro de Mendonça, juntamente com o presidente do seu Conselho Nacional de Estudantes.

⁴ Casa do Estudante do Brasil (CEB), foi uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, sem conotações políticas nem corporativas, com sede no Rio de Janeiro. Possuía como objetivo auxiliar os estudantes carentes.

O sonho dos estudantes era a criação de “[...] uma entidade democrática, política, atuando politicamente e, ao mesmo tempo, tratando dos interesses dos estudantes.” (ARAUJO, 2007, p. 24). Com esse objetivo em mente, se movimentaram e instalaram o II Congresso Nacional dos Estudantes, em dezembro de 1938, que só depois de ter sido realizado recebeu o apoio econômico do governo, por meio do Ministério da Educação.

De acordo com Araujo (2007), o ano de 1938 foi eleito, por muitos universitários, como o ano em que a entidade foi fundada, pois os mesmos se negavam a aceitar a data de 1937. Todas as discussões e conclusões do Congresso foram impressas em um documento de 506 páginas.

Esse Congresso foi sem nenhuma dúvida um dos mais proveitosos que a história do Movimento Estudantil registra. Elegeu-se a primeira diretoria da UNE que assumiu, com poucos recursos materiais, o encargo de coordenar e encaminhar nacionalmente às resoluções tiradas, depois de terem sido ouvidas e debatidas mais de 60 teses apresentadas ao Congresso, todas de real interesse para os estudantes, que pretendiam fazer, da sua união um incisivo instrumento de intervenção na realidade brasileira. (CASTILHO, s.d. apud SANFELICE, 1986, p. 12).

Assim, estava formada a UNE, com seus objetivos e sonhos em mente, os estudantes demonstravam seu interesse pela realidade brasileira e o desejo de melhorar a educação do país, estabelecendo debates em torno da reforma universitária. No ano de 1939, foi eleito o primeiro presidente oficial da UNE, o gaúcho Valdir Borges.

Tutelados a princípio pelo Governo de Vargas, na década de 1940, período marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelo Estado Novo (1937-1945), os estudantes brasileiros se engajaram na campanha contra as forças do Eixo e contra a ditadura de Getúlio Vargas. A entidade passou a levantar a bandeira contra o fascismo, exercendo pressão política para que o governo brasileiro tomasse partido publicamente em favor dos Aliados, realizando sua primeira grande passeata no dia 4 de julho de 1942, no Rio de Janeiro.

No mesmo ano, segundo Araujo (2007), os jovens ocuparam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, que veio a se tornar a sede da UNE, que mais tarde acabaria sendo queimada e demolida pela ditadura civil-militar de 1964. Ainda em 1942, a UNE foi oficializada pelo presidente como entidade representativa dos estudantes universitários brasileiros, pelo decreto-lei nº 4.080.

Com o fim do Estado Novo em 1945 e com ventos da chamada “democracia liberal”, a UNE não representou nesse período um engajamento com causas consideradas progressistas. Com um número bastante restrito de universitários no Brasil, a entidade era controlada por segmentos conservadores.

Entre 1947 a 1950, a entidade ficou sob hegemonia dos estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro, se destacando em 1948, na luta pela defesa do patrimônio do Brasil, sendo protagonista na campanha “O Petróleo é nosso” que foi um

[...] grande movimento cívico, de cunho nacionalista, que empolgou grandes parcelas da sociedade brasileira: estudantes, intelectuais e artistas, militares nacionalistas, militantes comunistas e socialistas, trabalhadores e sindicalistas. O movimento se opunha à concessão das jazidas petrolíferas para a exploração de empresas estrangeiras. (ARAUJO, 2007, p. 63).

Este movimento uniu diferentes setores sociais em uma mesma campanha política, a luta pela defesa do petróleo como patrimônio brasileiro, que prosseguiu até 1953, quando ocorreu a criação da Petrobras.

Com o crescimento de 70% da população brasileira, entre os anos de 1940 e 1960, passando de 41,2 milhões para 70 milhões de pessoas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, e o aumento da população nos centros urbanos, com grande migração de cerca de 24% da população rural para as cidades, o Brasil iniciou a transição de uma civilização agrária para urbano industrial.

No final da década de 1950, o sistema de Ensino Superior público no país começou a crescer, havendo um aumento na criação de faculdades e universidades, que passaram de 95 no final de 1945, à 223 instituições criadas entre os anos de 1945-1960, conforme Sampaio (1991).

Entretanto, constatou-se que, mesmo com esse aumento, era baixo o investimento na criação de instituições e ampliação do número de vagas no Ensino Superior. Isso pode ser observado claramente no quadro a seguir, que aponta a distribuição de matrícula do Ensino Superior por Unidade de Federação em 1964.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA DO ENSINO SUPERIOR POR UNIDADE DE FEDERAÇÃO EM 1964

Unidades da Federação	População (estimada)	Matrículas (Geral)	N.º de estudantes por 1.000 habitantes
Amazonas	817.000	523	0,64
Pará	1.740.000	2.415	1,39
Maranhão	2.965.000	714	0,24
Piauí	1.351.000	431	0,32
Ceará	3.611.000	4.152	1,15
Rio Grande do Norte	1.234.000	1.137	0,92
Paraíba	2.145.000	1.843	0,86
Pernambuco	4.453.000	7.719	1,73
Alagoas	1.343.000	982	0,74
Sergipe	800.000	363	0,45
Bahia	6.487.000	5.510	0,85
Minas Gerais	10.705.000	14.221	1,33
Espírito Santo	1.343.000	1.643	1,22
Rio de Janeiro	3.952.000	6.431	1,63
Guanabara	3.740.000	22.512	6,02
São Paulo	14.824.000	39.499	2,66
Paraná	5.625.000	9.616	1,71
Santa Catarina	2.426.000	1.548	0,64
Rio Grande do Sul	6.028.000	17.153	2,85
Mato Grosso	1.127.000	266	0,24
Goiás	2.343.000	2.709	1,16
Distrito Federal	—	989	—
BRASIL	79.837.000	142.386	1,78

Fonte: CAPES, 1965 apud CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1968, p. 391.

Deste modo, observou-se que dos 79.837.000 brasileiros, cerca de 142.386 estavam matriculados no Ensino Superior, totalizando 1,78 alunos por 1.000 habitantes. Os dados demonstram como os estudantes eram minoria naquele período, fazendo parte de uma pequena parcela privilegiada da sociedade e, mesmo entre os universitários, eram poucos os que participavam de movimentos estudantis.

Mesmo com um número restrito de universitários no Movimento Estudantil, em 1956 houve uma maior politização da entidade, os estudantes passaram a ter uma atuação mais intensa nos acontecimentos da sociedade, entrando nos debates de questões que estavam presentes na sociedade brasileira da época, como “[...] a orientação econômica, a ordem política, o nacionalismo, o desenvolvimento, a política educacional, temas em torno dos quais a UNE se manifestou e buscou, em diversas ocasiões, mobilizar os estudantes.” (SANFELICE, 1986, p. 17).

Com isso, a UNE pouco a pouco conseguiu abalar o controle exercido sobre ela pelo MEC, liderando várias mobilizações dos estudantes em oposição ao aumento de preços, contra a instalação de empresas estrangeiras no país e aos acordos militares do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA). Houve também nesse período, o engajamento da entidade na Campanha de Defesa da Escola Pública, por

ocasião dos debates que ocorriam em torno da elaboração e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em relação ao quadro de dirigentes da UNE, desde 1956 ocorreu uma hegemonia de estudantes socialistas e comunistas, em seguida passou à uma liderança católica representada pela Juventude Universitária Católica (JUC), e no início de 1960, a entidade passou a ser liderada pelos universitários pertencentes à Ação Popular (AP). “Enquanto organização não partidária, a entidade dos estudantes universitários foi se tornando alvo da disputa entre adeptos de ideologias próximas, divergentes ou radicalmente contrárias [...]” (SANFELICE, 1986, p. 18). Mesmo com disputas internas, sua atuação nunca foi inviabilizada, a UNE permaneceu ativa nos acontecimentos e debates de questões presentes na sociedade brasileira.

No início da década de 1960 Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil, mas não exerceu nem um ano do seu mandato e renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961. Assim que ocorreu a renúncia, os ministros militares, em uma atitude claramente golpista, manifestaram-se no sentido de impedir a posse de João Goulart, o então vice-presidente, que naquele momento se encontrava em uma missão diplomática na China.

De acordo com Sanfelice (1986), com a renúncia de Jânio e a turbulência acerca da posse do vice João Goulart, a UNE buscou agir rapidamente decretando greve geral dos estudantes, deslocando sua diretoria para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista. Assim, a entidade passou a fazer parte da Campanha da Legalidade, movimento de resistência em prol da posse de Jango, se pronunciando por meio da Rede da Legalidade⁵ e fazendo denúncias das pressões que sofria, se posicionando na defesa da democracia e do regime.

A UNE passou a realizar diversos congressos e seminários, iniciando um engajamento maior em causas consideradas progressistas e na luta pela Reforma Universitária, que considerava como sendo um elemento pertencente às reformas de base, “[...] como parte integrante de um processo de transformação de estruturas socioeconômicas mais gerais, como uma alavanca para o desenvolvimento do país.” (ARAUJO, 2007, p. 106).

Com o XXIV Congresso da UNE, realizado em Niterói no ano de 1961, foi eleito para presidente da entidade Aldo Arantes, que indicou ter contato com o apoio da

⁵ A Rede da Legalidade era formada por um conjunto de emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Juventude Universitária Católica (JUC) e de uma aliança de todas as forças progressistas do movimento estudantil, conseguindo assim, garantir uma certa unidade dos líderes estudantis e dos representantes que participaram do Congresso.

Com isso, a história da entidade passa a ganhar contornos extremamente dinâmicos. Mediante às análises elaboradas sobre a realidade e universidades brasileiras, a UNE buscou definir o papel do Movimento Estudantil apresentando propostas e estabelecendo orientações para os estudantes e, de forma um tanto pretenciosa, para outros seguimentos da sociedade. Realizando em 1961, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária que gerou a “Declaração da Bahia”, e no ano seguinte, em 1962, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, que resultou na “Carta do Paraná”.

Apointa Sanfelice (1986) que, os debates em torno da Reforma Universitária resultaram em muitas considerações e propostas a respeito de aspectos relacionados ao corpo docente, administração da universidade, programas e currículo, sistema de aprovação e problemas socioeconômicos. Os estudantes defendiam a extinção da vitaliciedade da Cátedra⁶, o fim do vestibular, um novo sistema para a distribuição e aplicação das verbas universitárias e a participação estudantil nos órgãos colegiados, no mínimo de um terço.

A proposta da “bandeira do 1/3”, segundo Sanfelice (1986), foi uma das táticas que os estudantes encontraram para perseguir seus objetivos, ao defenderem o equilíbrio de forças dentro da universidade, que deveria ser composta por 1/3 de estudantes, 1/3 de professores e 1/3 de professores recém-eleitos.

Assim, com uma análise crítica da sociedade e da universidade brasileira, a UNE formulou sua política e, em 1962, junto a outras instituições e intelectuais brasileiros, formou a Frente de Mobilização Popular⁷. Uma das mudanças sociais que ambas defendiam era a Reforma Universitária, que tinha como principal objetivo a ampliação do acesso da sociedade ao Ensino Superior. Além da Frente, a UNE também contou com a ajuda do Centro Popular de Cultura (CPC).

⁶ As universidades eram organizadas em regime de Cátedra (cadeiras/disciplinas) que eram controladas por professores chamados de catedráticos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. As cátedras eram apresentadas como um dos problemas que gerava a baixa qualidade do ensino superior.

⁷ A Frente de Mobilização Popular caracterizava-se por ser um grupo extraparlamentar de nível nacional, que reunia partidos políticos, sindicatos, ligas camponesas, a própria UNE e organizações de subalternos das Forças Armadas. A Frente atuava por meio de manifestos, passeatas e comícios. Tendo como principais mentores, Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Max da Costa.

O CPC, criado em 1962, no Rio de Janeiro, foi um órgão cultural da UNE, que acabou sendo extinto pelo golpe civil-militar em 1964, possuía um regimento interno próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo uma das ações dos estudantes para mobilizar as pessoas, modernizar e democratizar as universidades, difundindo ciência e arte. O Centro era formado pela junção de estudantes, que buscavam novas formas de comunicação com a ampla camada da sociedade e, de intelectuais e artistas de esquerda, que possuíam o objetivo de divulgar uma “arte popular e revolucionária” ao qual possuísse uma avaliação da realidade brasileira, se dirigindo à amplos segmentos da sociedade (ARAÚJO, 2007).

Nos primeiros momentos do CPC seu núcleo de formadores era constituído por Oduvaldo Viana Filho, pelo cineasta Leon Hirszman e o sociólogo Carlos Estevam Martins, que foi o seu primeiro diretor, seguindo-se Carlos Diegues e Ferreira Gullar. Oduvaldo, afirmava que era “[...] preciso produzir conscientização em massa, em escala industrial. Só assim é possível fazer frente ao poder econômico que produz alienação em massa.” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 28), percebe-se que o objetivo do CPC era criar e transmitir cultura ao povo, uma cultura marxista, que desse oportunidade à população de transformar a realidade.

Araújo (2007), afirma que para alcançar esse objetivo, o CPC realizava diversas peças em que eram trabalhados temas relacionados as discussões políticas, empresas nacionais e sindicatos, reforma agrária, reforma universitária, entre outros, quase sempre com a presença de humor, levando para o papel principal o proletariado. Alcançando uma produção variada em teatro, cinema, música, literatura e cursos de extensão.

O projeto mais ambicioso do CPC terá sido, possivelmente, a construção do seu próprio teatro no prédio da UNE, situado na Praia do Flamengo, no Rio, que foi inaugurado no dia 30 de março de 1964. No dia seguinte, este teatro foi incendiado pelos lacerdistas, no clima de “caça às bruxas” gerado pelo golpe de Estado. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 29).

Assim, conforme Araújo (2007) e Cunha e Góes (2002), o CPC possuiu um papel fundamental na formação crítica, mobilização e politização dos estudantes, formando jovens artistas e intelectuais que realizaram um levantamento de questões consideradas importantes e polêmicas no período.

Em 1962, o CPC participou da UNE-volante, uma caravana formada por estudantes da UNE que percorreu todo o país, passando por praticamente todos os

Estados. A UNE-volante privilegiava a questão da representatividade estudantil nos órgãos colegiados da administração universitária, sendo uma caravana grande,

[...] composta da diretoria, do pessoal que dirigia politicamente a entidade e de membros do CPC. Ela deslocava-se de uma capital para a outra de avião e tinha, basicamente, o objetivo político de levar as proposições do Seminário de Curitiba para as massas do Movimento Estudantil, abrindo amplo processo de discussão em torno das resoluções e, principalmente, da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados. (SANFELICE, 1986, p. 40).

Durante cerca de dois meses, a entidade se dirigiu ao encontro de estudantes de várias partes do país, com o intuito de desenvolver debates sobre a necessidade das reformas e compreender a realidade brasileira com seus contrastes e potencialidades.

Conforme Sanfelice (1986), as atividades da UNE-volante e a resistência das autoridades, que se recusavam a aceitar as reivindicações do Movimento Estudantil, criaram condições para a “greve do 1/3”, que obteve um alcance nunca visto antes pelo Movimento Estudantil até aquele período. Os estudantes ficaram paralisados por aproximadamente 3 meses, e mesmo não tendo conseguido o que pretendiam, a UNE saiu fortalecida do processo.

A UNE-volante e o CPC atuaram juntos e de forma complementar, realizaram assembleias, reuniões com as lideranças estudantis, discussões acerca da Reforma Universitária, apresentaram peças de teatro do CPC e venderam seus livros e discos. Pode-se considerar que ambos contribuíram para consolidação de uma dimensão nacional da entidade em todo território brasileiro, com o desenvolvimento de um trabalho de mobilização dos estudantes de todo o país em prol das grandes causas que o movimento estudantil defendia. Sendo extintos pelo golpe civil-militar em 1964.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

O golpe ocorrido em 1964 expressou a aliança de forças e interesses compostas pelo empresariado brasileiro associado ao capital estrangeiro, latifundiários, representantes de empresas estrangeiras no Brasil, Embaixada dos EUA, amplos segmentos da alta hierarquia católica, imprensa e Forças Armadas.

Apresentando como uma ação necessária para combater o “comunismo”, visto como materialização dos regimes que suprimiriam as liberdades individuais, os golpistas apresentaram-se como “revolucionários” em defesa da democracia.

O mundo se encontrava em plena Guerra Fria (1947-1991), período em que os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a hegemonia política, econômica e militar, tentando implantar em outros países seus sistemas políticos e econômicos.

Assim, os Estados Unidos, com o objetivo de estabelecer seu capital financeiro no Brasil e implantar seu sistema político e econômico, por meio da industrialização e implantação de empresas multinacionais, criou as condições para o golpe civil-militar de março de 1964, mediante a intervenção na política interna do Brasil.

Com o pretexto de impedir o avanço comunista na América Latina, o presidente dos Estados Unidos, John Fitzgerald Kennedy, autorizou Abraham Lincoln Gordon a organizar uma conspiração e apoiar os militares brasileiros a fim de derrubar o presidente Goulart (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001).

Lincoln Gordon foi o embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966, enviado ao país com o objetivo de promover uma campanha a fim de evitar um governo de esquerda no Brasil, fazendo o possível para bloquear as ações do governo João Goulart. Com este objetivo em mente, o governo norte americano encaminhou recursos aos opositores de Goulart no Brasil, sobretudo aos governadores que faziam oposição ao presidente, com o intuito de financiar uma campanha de enfraquecimento e desestabilização do governo de João Goulart.

A tomada do poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos. Não foi coisa de amadores. Tanto é assim que, passados os primeiros momentos de perplexidade, o novo Estado emergiu do figurino do IPES com objetivos programados, metas estabelecidas e, naturalmente, com os homens que se apossaram do poder. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 31).

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, por um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, possuía como maior financiador o governo do presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, além de grandes empresas nacionais e multinacionais.

Com o objetivo de elaborar uma propaganda contra o governo de João Goulart e seus aliados, o instituto realizava pesquisas e estatísticas para coleta de

informações a respeito do povo brasileiro. Criando assim, uma propaganda política a fim de convencer a população a aceitar o golpe, por meio da distribuição de panfletos, programas de rádio e da veiculação de curta metragens (que possuíam em média 10 minutos de duração cada), nas sessões de cinemas, no intervalo das empresas e em pracinhas do interior. O conteúdo dessas propagandas possuía como base a defesa da moral e dos bons costumes da família brasileira, do direito à propriedade privada e a livre iniciativa empresarial, estimulando a ampla participação de empresas estrangeiras na economia brasileira.

Além do IPES, havia também o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização anticomunista, fundada em maio de 1959 e financiada por empresários brasileiros e estadunidenses. Funcionava como um modo de ocultar as ações dos Estados Unidos para derrubar o presidente do Brasil, por meio do financiamento de emissoras, para emitirem propaganda contra o governo, além do subsídio ilegal de deputados e governadores. O Instituto foi extinto em dezembro de 1963 por ordem judicial, e acabou sendo integrado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil.

[...] os intelectuais orgânicos da classe dominante atuavam no Congresso Nacional, formavam opinião pública através dos meios de comunicação de massas, da escola, de parte das Igrejas, de organizações tipo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e a IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instrumentalizando conceitos ideológicos de “civilização ocidental e cristã”, corrompendo com o dinheiro da embaixada americana (eleições de 1962) com o objetivo político de conservação das estruturas, contra as reformas ou qualquer mudança, escamoteando a discussão da luta de classes. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 9).

Deste modo, pode-se afirmar que a ditadura contou com o apoio da burguesia, da imprensa e do Congresso para legitimar o golpe, financiando grande parte dos meios de comunicação, para reproduzir propagandas que exaltavam a instalação de empresas estrangeiras no país e que eram contra o comunismo e João Goulart.

Em 1960 ocorria uma crise global, sendo esta econômica, social e política que se estendeu até o Brasil. Segundo Cunha e Góes (2002), no país se confrontavam interesses econômicos de diversas ordens sociais, o latifúndio, grupos ligados à internacionalização do capital e a chamada “burguesia nacional”.

Conforme a Arquidiocese de São Paulo (2001), os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares. Os trabalhadores sindicalizados desenvolveram uma ampla capacidade de mobilização, com a

incorporação de um número cada vez maior de sindicatos às lutas pró “Reformas de Base” propostas por Goulart. Contudo, com a dependência do Estado interventor nos sindicatos, o movimento operário se encontrava vulnerável no país.

É um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, em regra geral, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida. No campo, são criadas as Ligas Camponesas, que atingem, em 1964, um total de 2181, espalhadas por 20 Estados. Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre os fazendeiros conservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001, p. 58).

A mobilização das Ligas Camponesas e sindicatos rurais geraram um quadro de grande tensão e disputa no campo, onde se confrontavam o interesse dos grandes latifundiários conservadores e das Ligas Camponesas e sindicatos rurais que lutavam pela Reforma Agrária.

Os movimentos sociais ganham visibilidade, lutando contra a política vigente, estudantes, artistas e diversos setores das classes médias urbanas ampliaram as lutas por modificações nacionalistas, por uma nova estrutura educacional, pela Reforma Agrária e pela contenção da remessa de lucros. A população estava insatisfeita com a situação atual no campo econômico e social do país.

Enfraquecido pela crise econômica e pela oposição golpista das forças conservadoras que se materializavam no Congresso e em diferentes arenas da sociedade civil, Goulart aproximava-se progressivamente dos seguimentos reformistas mais radicais. Buscando superar as contradições do modelo econômico dependente, o presidente, considerado herdeiro político de Getúlio Vargas, levantava a bandeira das reformas como meio de suplantar o estrangulamento econômico do país. Porém, grandes seguimentos da burguesia já haviam intensificado suas relações com o capital internacional, e abdicavam de uma alternativa nacionalista. A intervenção estatal era apontada como a intenção de socializar os meios de produção. (GOMES, 2018, p. 425-426).

Chega-se então ao comício de 13 de março de 1964, que reuniu em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, mais de 200 mil pessoas, entre elas haviam representantes da UNE e, o então presidente da entidade, José Serra, que realizou um pequeno discurso.

O comício foi comandado por Goulart, contando com a presença de todo seu ministério e vários governadores, onde o presidente anunciou a promulgação de dois decretos, nacionalizou refinarias particulares de petróleo, desapropriando

propriedades à margem das ferrovias, rodovias e em zonas de irrigação dos açudes públicos, “[...] prometeu, também, que enviaria ao Congresso outros projetos de reformas (agrária, eleitoral, universitária e constitucional) e que tomaria medidas urgentes na defesa do povo e das classes populares.” (SANFELICE, 1986, p. 27).

A Reforma Agrária, entre outras diversas reformas propostas pelo presidente, era contra os interesses econômicos da burguesia aliada aos Estados Unidos, que as utilizaram como argumento para afirmar que Goulart pretendia instaurar um governo comunista no Brasil. A burguesia possuía a “[...] certeza de que um processo radical de distribuição de renda e de poder seria posto em curso pelas reformas de base e isso acarretaria certamente a perda de muitos privilégios a que estava acostumada.” (ARAUJO, 2007, p. 136).

E com isso, no dia 19 de março de 1964, ocorreu a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, em São Paulo. Organizada pela Igreja Católica e o empresariado, reuniu cerca de 500 mil pessoas, expressando o apoio das classes médias à intervenção militar e dos principais veículos de comunicação que contribuíram diretamente na conspiração que levou à derrubada do governo constitucional de João Goulart e a instauração do regime militar no dia 1º de abril de 1964 (GOMES, 2018).

Iniciado o período de ditadura civil-militar no país, este foi marcado por um regime autoritário que durou 21 anos (entre 1964 e 1985), implementando um modelo econômico que tinha como base a concentração da renda e desnacionalização da economia. O Estado passou a se caracterizar

[...] pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política. (GERMANO, 1994, p. 55).

Durante o período de ditadura civil-militar no país, para a conservação da ordem burguesa, foram realizadas uma série de cassações de mandatos de políticos identificados com o Governo Vargas, demissões de servidores públicos (civis e militares) e prisões arbitrárias. Foram criados 17 atos institucionais, 130 atos

complementares (todos contra a Constituição, mesmo a da Junta Militar), 11 decretos secretos e 2.260 decretos-lei.

[...] Foram banidos do território nacional, por razões políticas, 80 brasileiros. Cerca de 400 pessoas foram mortas ou se encontram desaparecidas, devido à onda repressiva mais forte de nossa história: Uma dezena de milhar de brasileiros deixou seu país em virtude de ameaças e perseguições de caráter político-ideológico.

[...] a repressão foi a primeira medida tomada pelo governo imposto pelo golpe de 1964. Repressão a tudo e a todos considerados suspeitos de práticas ou mesmo ideias subversivas. A mera acusação de que uma pessoa, um programa educativo ou um livro tivesse inspiração “comunista” era suficiente para demissão, suspensão ou apreensão. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 36).

Reitores, como Anísio Teixeira (1900-1971) que ocupava a reitoria da Universidade de Brasília, foram demitidos, professores e estudantes universitários foram expulsos de suas instituições, “[...] a denúncia de professores às comissões de investigação passou a ser um instrumento a mais de política universitária.” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 37).

Os programas e sistemas educacionais também foram atingidos, movimentos que se dedicavam à cultura popular e educação de adultos como o Movimento de Cultura Popular, a Campanha de Pé no Chão, os Centros Populares de Cultura e o Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire, foram extintos pela ditadura poucos dias após o golpe.

Vitorioso o golpe de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação, aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino deveriam ser transferidas às escolas particulares que, então, se encarregariam da escolarização das crianças e jovens. Só onde a iniciativa particular não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 41).

O governo golpista e privatista, não viu a necessidade de mudar a lei, bastava apenas aplicá-la em proveito das escolas particulares. Assim, conforme análise de Cunha e Góes (2002), o Estado passou a dar subsídios aos empreendimentos privados que visavam no campo de ensino a acumulação de capital e/ou influência ideológica. Ocorrendo a desobrigação do Estado com a educação e com a manutenção do ensino público e gratuito, passando a adotar uma política educacional que buscava

[...] um maior estreitamento dos vínculos entre educação e mercado, a valorização da iniciativa privada com a conseqüente ênfase na adoção de mecanismos empresariais na gestão do ensino, assim como as pressões sobre a pós-graduação guiadas pela exigência de produtividade. (SAVIANI, 2008, p. 308).

O Ensino Superior que era mantido diretamente pelo MEC, sofreu grandes cortes “[...] as verbas destinadas às universidades foram drasticamente cortadas, a ponto de muitas delas terem de paralisar importantes atividades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços.” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 51).

Além dos cortes, a educação superior sofreu muita censura e a reformulação das universidades brasileiras, por meio dos acordos MEC-USAID⁸, que visavam, dentre vários aspectos, a introdução do modelo educacional norte-americano e um aspecto tecnicista de educação.

Os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e a denúncia de políticos nacionalistas com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional. (CUNHA; GÓES, 2002, p. 32).

O país vivenciou um período de ausência de democracia, com grande censura e perseguição política, inúmeras pessoas que se posicionaram contra a ditadura civil-militar brasileira foram torturadas e até mesmo mortas, um dos movimentos que se posicionaram contra esse regime, foi o Movimento Estudantil.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL (1964-1968)

Na década de 1960 o Movimento Estudantil havia se consolidado em um importante foco de mobilização social, influenciando significativamente os rumos da política nacional, por meio de suas reivindicações, protestos, manifestações, análises

⁸ Os acordos MEC-USAID, foram estabelecidos entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Com o objetivo de implantar um novo regime de ensino, diminuindo a carga horária de matérias como História, retirando do currículo Filosofia, Latim e Educação Política e adicionando outras como Educação Moral e Cívica. O planejamento de reformular o ensino do país, organizado pelo governo militar assessorado pela USAID buscou intervir na formação escolar da massa estudantil como um todo, com o objetivo de doutrinar as próximas gerações em favor da manutenção e/ou desenvolvimento da organização societária vigente, ou seja, conservar as relações educacionais burguesas (SANTOS, 2005).

e “[...] críticas a um comportamento político recente, também representavam uma voz de denúncia frequente ao desempenho dos governos militares.” (SANFELICE, 1986, p. 135). No ano de 1963, um ano antes do golpe, a entidade se envolveu intensamente nos acontecimentos do cenário político e nacional,

[...] participou da campanha pelas reformas de base, atuou nos movimentos de alfabetização popular que existiam principalmente no Nordeste, estabeleceu contatos de apoio com as Ligas Camponesas. Levantou e mobilizou os estudantes pela reforma universitária, visto como parte integrante das reformas de base. (ARAUJO, 2007, p. 147).

As mobilizações realizadas pelo Movimento Estudantil levaram para as ruas a militância engajada, ainda que constituíssem um número reduzido do universo compreendido pela grande massa de trabalhadores, pouquíssimos conquistavam o acesso ao ensino superior. No entanto, mesmo sendo um contingente pequeno, preocuparam e incomodaram os círculos militares da ditadura, que foram ampliando cada vez mais a repressão, a censura e a perseguição política, gerando o aprisionamento de muitos líderes estudantis, além da morte, exílio e desaparecimento de várias pessoas que se posicionaram contra o regime ditatorial no país.

Logo, após o Golpe de 1964 e a deposição de João Goulart, iniciou-se um período de repressão, censura e uma busca pela eliminação de qualquer suspeita de oposição ao novo regime. As entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos foram fechados e como a UNE se opôs ao golpe, esta se tornou o primeiro alvo do governo golpista.

A sede a UNE foi invadida na madrugada do dia 1º de abril, quando os militares do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) saquearam, incendiaram e metralharam o edifício localizado no Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, destruindo todos os documentos do Centro Popular de Cultura e o Teatro do CPC que havia acabado de ser fundado. Com isso, uma grande parte da diretoria da UNE pediu asilo político na Embaixada da Bolívia, como José Serra e Marcelo Cerqueira. Mesmo com a repressão, a entidade passou a agir na clandestinidade, mantendo oposição ao regime ditatorial (SANFELICE, 1986).

Como a diretoria da UNE havia sido dissolvida, a União Metropolitana dos Estudantes (UME) e a União Estadual dos Estudantes (UEE) de Pernambuco, Paraná e Minas Gerais, buscaram reorganizar o Movimento Estudantil a partir de uma reunião

extraordinária do Conselho Nacional dos Estudantes, em 24 e 25 de junho de 1964, na sede da UME, no Calabouço⁹, que elegeu uma junta governativa para dirigir a UNE.

A missão dos estudantes foi a de reerguer a UNE, para isso, era necessário, de imediato, a realização de 3 objetivos básicos: “[...] a) recuperar a sede da UNE na praia do Flamengo; b) realizar o Congresso Nacional dos Estudantes; e c) derrubar, através do Congresso, o projeto Suplicy.” (SANFELICE, 1986, p. 72).

Pode-se observar nas palavras do General Presidente Castelo Branco¹⁰, a indisposição que o Governo, representante dos interesses burgueses e os segmentos conservadores sentiam em relação ao Movimento Estudantil e, mais especificamente, à UNE (GOMES, 2018).

Se ao professor não cabe fazer proselitismo com objetivo de impor ideias ou ideologias, aos estudantes compete não ficar a serviço de qualquer grupo, servindo por vezes de juguete nas mãos dos que desejam a subversão. É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, possivelmente o dirigente de amanhã, com a sua vinculação à subversão, à corrupção ou à vadiagem onerosa dos falsos movimentos estudantis. Para se iniciar nas refregas da democracia, basta que se arregimente nas suas agremiações. (BRASIL, 1964, p. 16-21).

Aos poucos o governo militar tomou medidas concretas, através de ampla legislação, modelando o ensino superior de acordo com as ideias e necessidades do movimento de 1964, criando instrumentos legais para o controle das universidades e do Movimento Estudantil, exigindo na prática a autocensura das instituições.

O Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, queria a extinção da UNE e de outras instituições estudantis, e com isso, no dia 27 de outubro o Congresso Nacional extingue a UNE e todas as uniões de estudantes estaduais, aprovando a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, de 9 de novembro de 1964. Em que “[...] ficaram vedadas aos órgãos de representação estudantil quaisquer ações, manifestações ou propaganda de caráter político-partidário, eles agora estavam atrelados à fiscalização dos órgãos oficiais.” (SANFELICE, 1986, p. 81).

⁹ O Restaurante Central dos Estudantes, conhecido popularmente como Calabouço, funcionou durante as décadas de 1950 e 1960. Localizado no Rio de Janeiro, era um restaurante estudantil que oferecia comida a baixo custo para estudantes de baixa renda. Como este possuía uma grande concentração de estudantes, foi palco de várias manifestações por melhorias na educação e contra o regime militar.

¹⁰ O marechal Humberto Castello Branco foi o primeiro “presidente” brasileiro durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Seu governo iniciou-se a partir de uma eleição indireta realizada em 11 de abril de 1964 e estendeu-se até 1967.

A Lei Suplicy de Lacerda possuía o objetivo de acabar com a participação política dos estudantes, destruir a autonomia e representatividade do Movimento Estudantil, transformando as entidades estudantis em meros complementos do Ministério da Educação, em que se tornariam dependentes de verbas e orientação. Em resposta, os estudantes organizaram passeatas contra a Lei Suplicy de Lacerda e o acordo MEC-USAID, se posicionando contra o aparato que consideravam ditatorial, essas passeatas repercutiram em todo país e até no exterior.

Uma das grandes greves dos estudantes foi em 1965, em que se reuniram mais de 7 mil alunos que paralisaram a Universidade de São Paulo (USP). Todas as greves e passeatas realizadas pela UNE contra o regime militar foram brutalmente reprimidas pelo governo que efetuou diversas prisões de estudantes, justificando suas ações com a alegação de que comunistas estavam infiltrados e liderando o Movimento Estudantil.

O XXVIII Congresso da UNE foi proibido e reprimido e, mesmo com uma grande operação para impedi-lo, este foi realizado em Belo Horizonte no dia 28 de julho de 1966, no porão da Igreja de São Francisco de Chagas, contando com a presença de mais de 100 pessoas do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do país. Os estudantes tiveram o apoio dos frades franciscanos que permitiram a entrada dos mesmos durante as missas, para camuflar a movimentação. No fim do congresso, José Luís Guedes foi eleito presidente da UNE (ARAUJO, 2007).

De acordo com Sanfelice (1986), os estudantes perceberam a necessidade de um preparo cada vez maior para enfrentar a política da ditadura. Assim, no Congresso foram produzidos e aprovados dois importantes documentos: “O Plano de Ação para o exercício de 1966-67” e a “Declaração de Princípios”, que representavam reivindicações educacionais da entidade e sua luta em relação a muitos aspectos políticos, econômicos, sociais e internacionais, declarando que assumiria a vanguarda do povo na luta contra as forças da repressão.

Em setembro de 1966 a UNE convocou uma nova greve geral das escolas e faculdades, realizando uma passeata no dia 22 denominada de “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”, os estudantes, novamente perseguidos pela polícia, se refugiaram na Faculdade Nacional de Medicina (atual UFRJ), na Praia Vermelha, que foi cercada pelas tropas militares. Houveram tentativas sem êxito de negociação com a polícia, pela reitoria e uma comissão de pais, para garantir a saída pacífica dos alunos. Diante do impasse, aproximadamente 600 manifestantes decidiram passar a noite no local.

Durante a madrugada, policiais militares derrubaram o portão da faculdade e invadiram o prédio. Os jovens fugiram para o terceiro andar e, ao serem cercados, não viram saída, sendo obrigados a atravessar um corredor polonês, onde foram espancados indiscriminadamente até a saída da faculdade, o episódio ficou conhecido como Massacre da Praia Vermelha, sendo o primeiro grande confronto entre as forças da repressão e os estudantes, depois do golpe de 1964.

Mesmo estando legalmente extinta, a UNE realizou o seu XXIX Congresso no início de agosto de 1967, de forma clandestina na cidade de Valinhos, estado de São Paulo, em um convento de padres. Desse Congresso resultou a “Carta Política da UNE”, sendo uma tentativa dos estudantes de construir uma visão histórica do processo político e social do Brasil e do próprio Movimento Estudantil. No final do congresso, Luís Travassos foi eleito presidente da entidade.

No ano de 1968, o Movimento Estudantil continuava nas ruas, lutando contra o regime ditatorial. No mês de março, do mesmo ano, quando a polícia reprimia uma manifestação realizada no Calabouço, o estudante Edson Luís Lima Souto foi assassinado pela repressão.

A morte do estudante Edson Luís gerou várias reações. Na imprensa por exemplo, o *Correio da Manhã* de 7 de abril de 1968 publicou um artigo sobre o ocorrido, no *Cúria Metropolitana* do Rio de Janeiro foi divulgado um longo manifesto, protestando contra as violências ocorridas por ocasião da missa do sétimo dia da morte do estudante e no jornal *Voz Operária*, em abril de 1968, foi publicado um artigo comentando sobre a morte do estudante secundarista.

Com o ocorrido, seguiram-se várias manifestações, em diversos pontos da país, que culminaram no maior movimento de protesto contra o regime, conseguido até aquele momento, “[...] pode-se dizer que, no ano de 1968, a mobilização contra o processo de violência e dos rumos do governo militar ultrapassou o meio estudantil. A liberalização que naquele ano atingia tantos outros países parecia ter chegado ao Brasil.” (SANFELICE, 1986, p. 146).

Com a força do descontentamento da população contra o regime e a repressão, ocorreu no dia 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cem Mil, a maior manifestação de protesto desde o Massacre da Praia Vermelha, marcando o auge da resistência democrática contra a ditadura civil-militar.

A passeata envolveu estudantes, artistas, religiosos, intelectuais, entre outros indivíduos, reunindo um total de aproximadamente 100 mil manifestantes. A

manifestação que havia sido proibida pela ditadura e ameaçada de repressão, não se intimidou e seguiu em frente, diante da iminência de um banho de sangue, o regime militar foi obrigado a recuar. A Passeata dos Cem Mil marcou o ápice da reação da sociedade contra o regime, a censura, a violência e a repressão às liberdades.

Durante os anos de ditadura no Brasil a UNE passou por grandes dificuldades internas, as divisões do movimento estudantil eram inúmeras, havia diversos grupos e organizações de tendências diferentes que discordavam sobre qual seria a luta principal da entidade: a política ou a reivindicatória, isso gerou uma descentralização do movimento. Mesmo assim, a entidade compreendia suas limitações e problemas, e realizou, uma forte autocrítica, mudando radicalmente o seu programa.

[...] [A UNE] reconhecia que grande parte dos estudantes era da classe média e que o condicionamento de classes, a própria condição material, tornava-os, frequentemente, massa de manobra da classe dominante, e afirmava que só compreendendo o inter-relacionamento existente entre fenômenos sociais, o atraso da economia e a forma de propriedade, entre o subdesenvolvimento e a dominação externa, entre a base material e a superestrutura da sociedade, é que se poderia desempenhar o papel de aliado da classe revolucionária. (SANFELICE, 1986, p. 132).

Com isso, a entidade buscava compreender as estruturas da nossa sociedade, insistindo no alerta de que, para que o movimento continuasse ativo na luta contra a ditadura e na modificação da sociedade, seria necessário que este compreendesse sua incapacidade de liderar o processo e que se aliasse, enquanto força auxiliar, aos trabalhadores do campo e da cidade, estabelecendo uma aliança efetiva entre as classes que realmente teriam condições de modificar essa estrutura, formando a aliança “operário-estudantil-camponesa” (SANFELICE, 1968).

Continuando na luta, a UNE delegou poderes à UEE de São Paulo para que ela montasse o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, interior de São Paulo, em outubro de 1968, que não conseguiu ser concretizado totalmente, pois a polícia militar, apoiada por 80 agentes do Dops, invadiu a reunião e prendeu mais de 800 estudantes, entre eles se encontravam as principais lideranças estudantis do país, Luís Travassos (UNE), Vladimir Palmeira e Franklin Martins (União Metropolitana dos Estudantes) e José Dirceu (União Estadual dos Estudantes).

Segundo Sanfelice (1986) e Araujo (2007), a organização e segurança do congresso era precária, o que facilitou a polícia a localizar e cercar os participantes, ocasionando em muitos feridos. Os que protestaram contra a violência foram

espancados e humilhados publicamente, familiares que tentaram entrar com *habeas corpus* foram fichados pelo SNI e ameaçados pelas forças armadas, além disso, alguns repórteres que presenciaram os espancamentos tiveram seus equipamentos destruídos pelos policiais. O ocorrido permitiu às forças de segurança fotografar e fichar centenas de estudantes, que mais tarde, com o uso desses dados, foram identificados e perseguidos como membros de diversas organizações de esquerda. Com isso, a ideia de realização de novos Congressos Nacionais e da eleição da nova diretoria da UNE foi adiada, e só ocorreu em abril de 1969.

Ainda no ano de 1968, devido aos fortes protestos contra o governo, sua política econômica e principalmente contra a repressão, o Estado sentiu a necessidade de fortalecer seu aparato repressivo, sufocando a sociedade civil e os seguimentos que lhe faziam oposição, como os estudantes, os intelectuais e os trabalhadores.

Assim, na noite de 13 de dezembro, o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, anunciou ao país em rede de rádio e TV a emissão do Ato Institucional nº5, que seria uma das maiores arbitrariedades do regime.

O AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou o estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião; criou a censura prévia. O AI-5 significou, para muitos, um “golpe dentro do golpe”, um endurecimento do regime que estabeleceu leis especiais para o exercício do poder fora dos marcos do estado de direito. (ARAUJO, 2007, p. 189).

Iniciava-se na história do país o período mais sombrio da ditadura civil-militar, de muitas prisões, silêncio, medo e terror. O AI-5 conferiu plenos poderes ao presidente, reforçando o seu autoritarismo e deixando todo cidadão sujeito a ser preso por agentes do Estado, sem acesso a recurso.

Logo em seguida, com a preocupação em impedir a organização estudantil no ensino superior, o governo criou o Decreto nº477, de fevereiro de 1969, proibindo a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores e buscando “[...] impedir a livre organização dos estudantes no meio acadêmico, estabelecendo punições sumárias como a expulsão do estabelecimento daqueles considerados indesejáveis.” (GOMES, 2018, p. 434). A partir desse momento, inicia-se os “anos de chumbo”, que foram os anos mais violentos e de maior repressão política de todo o período da ditadura civil-militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou analisar os caminhos trilhados pela resistência do Movimento Estudantil no Brasil nos anos iniciais da ditadura civil-militar. Assim, optou-se pelo resgate de seu surgimento e desenvolvimento para compreensão de suas ações políticas no cenário marcado pelo acirramento das tensões sociais.

O ápice das lutas travadas pela UNE ocorreu nos anos iniciais da Ditadura (1964-1968), período de intensificação do arbítrio do Estado em defesa dos interesses da burguesia associada ao capital estrangeiro, em que a entidade lutou pelo fim da censura, da violência e da repressão às liberdades.

Além disso, a entidade reivindicava diversas outras pautas como: a extinção da vitaliciedade de Cátedra; um número maior de vagas nas universidades; um novo sistema para a distribuição e aplicação das verbas universitárias; a participação estudantil nos órgãos colegiados, no mínimo de um terço e a gratuidade do ensino.

A luta dos estudantes contra a repressão não foi só no Brasil, em diversos países, os estudantes foram às ruas, entraram em confronto com a polícia, realizaram greves, passeatas, manifestações e levantaram bandeiras de diferentes matrizes.

Deste modo, a UNE, por meio da análise da sociedade, suas reivindicações educacionais, formação crítica, mobilização e politização dos estudantes, lutou em relação a muitos aspectos políticos, econômicos, sociais e internacionais, se consolidando em um importante foco de mobilização social na luta contra as forças da repressão, representando uma voz de denúncia ao desempenho e comportamento dos governos militares.

Nesse sentido, retomar a história do movimento estudantil significa uma forma de reafirmar a atualidade de discussão sobre a necessidade de lutar por uma universidade que contribua para o desenvolvimento da democracia e que seja acessível a todos. Afinal, para que serve a história? Entre as inúmeras respostas possíveis, para não esquecermos a memória daqueles que tiveram suas vidas ceifadas pela ditadura. Lembrar as lutas daqueles que tiveram a coragem de enfrentar o aparato repressivo é uma forma de retomar nossas energias para as lutas em defesa da universidade pública.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ATLAS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 3 de ago. de 2019.

BRASIL. **Diário Oficial**, de 11 de março de 1964.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Caracterização sócio-econômica do estudante universitário**. Rio de Janeiro: INEP-CBPE, 1968. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002092.pdf>. Acesso em: 3 de ago. de 2019.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Economia, educação e segurança nacional na ditadura civil militar no Brasil. **Revista Cocar**, Belém, vol. 12, n. 24, p. 421-445, jul./dez. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1986.

SANTOS, Éder Fernando dos. **O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira**. Dissertação de Mestrado. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em 10 de ago. de 2019.